

ALTERAR A DIRETIVA RELATIVA AO ALUGUER E COMODATO

A União Europeia deveria alterar a Diretiva relativa ao direito de aluguer e comodato se forma a assegurar um tratamento igual entre livros eletrónicos e livros de papel, em linha com a decisão* do Tribunal de Justiça de 2016.



ATUALIZAR LEIS NACIONAIS

Os governos deveriam alterar as suas leis de direito de autor em linha com a decisão* do Tribunal de Justiça de 2016, de forma a esclarecer que as bibliotecas podem digitalizar e emprestar livros eletrónicos.

AS SOLUÇÕES



ACABAR COM OS DESVIOS À LEI

Mesmo que a lei permita às bibliotecas emprestar livros eletrónicos da mesma forma que livros em papel, essa possibilidade não deve poder ser afastada por via contratual.

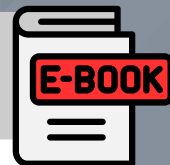


UTILIZAR PODERES DA CONCORRÊNCIA

Quando os editores usam a sua posição dominante no mercado contra as bibliotecas, as autoridades de concorrência devem investigar.

* Vereniging Openbare Bibliotheken v. Stichting Leenrecht. Processo C-174/15. Consultar <https://ipcuria.eu/case?reference=C-174/15>

LIVROS ELETRÓNICOS & O FUTURO DAS BIBLIOTECAS



INDISPONIBILIDADE

Os editores não disponibilizam às bibliotecas todos os livros em formato eletrónico, mesmo quando os disponibilizam para utilizadores individuais, por ex. no Kindle.



PREÇOS EXCESSIVOS

Os livros eletrónicos podem custar 3 a 10 vezes mais que a sua versão impressa, por uma cópia que apenas pode ser acedida por um utilizador de cada vez.

OS PROBLEMAS



COMPRAS CONJUNTAS

Os editores forçam as bibliotecas a comprar livros eletrónicos em pacote (mais caros), mesmo quando estas querem apenas um único livro eletrónico.



TERMOS INJUSTOS PARA AUTORES

Os autores não são pagos por empréstimos de livros eletrónicos em bibliotecas como são pagos pelos empréstimos de livros de papel.

* Vereniging Openbare Bibliotheken v. Stichting Leenrecht. Processo C-174/15. Consultar <https://ipcuria.eu/case?reference=C-174/15>